

Cenário Político



Márcio Reinheimer
marcio@jornalibia.com.br

Sintonia

O prefeito Luiz Américo Aldana é só elogios ao presidente da Câmara, Carlos Einar de Mello (PP), que o substituiu no comando do Executivo nos últimos 30 dias. Ele retornou ontem e, pelo tom dos discursos, Naná passou a ser o seu "vice preferido" para as próximas eleições. O estilo discreto e boa-praça do vereador vai deixar saudades no Palácio Rio Branco.



Sem apoio

O fiscal Liane Meurer, que há duas semanas foi agredida durante uma ação de fiscalização pelo uso irregular de calçadas no bairro Cinco de Maio, está chateada com o Executivo. É que ninguém se lembrou, sequer, de publicar uma nota de apoio à servidora nas redes sociais. O silêncio do governo pode resultar, inclusive, na perda de estímulo dos demais colegas.

Apagando incêndio com gasolina

Conciliar os interesses políticos de um governo com a lei nem sempre é fácil. Mais difícil ainda é enfrentar os privilégios de grupos que recebem benefícios a que não têm direito. O ruído que estas pessoas produzem é perigoso num ano de eleições. Essa é a situação em que se encontra a Administração Aldana desde o começo desta semana, quando dezenas de crianças que moram a menos de dois quilômetros de onde estudam tiveram o transporte escolar suspenso. A Secretaria Municipal de Educação alega que a operação foi necessária porque havia muitos casos de irregularidades a serem identificados e sanados. Porém, a imagem de menores de quatro e cinco anos encarrando as estradas asfaltadas, divulgadas pelos próprios pais na rede social Facebook, é um fantasma que vai assombrar Aldana até o dia da eleição, se buscar o segundo mandato.

Retrocesso - Na quinta-feira à noite, o vereador Renato Kranz

(PMDB) apontou seus canhões contra o governo para denunciar o que chamou de um "retrocesso social" de 20 anos. Deixar as crianças sem transporte, ainda que tenha sido por poucos dias, segundo ele, foi um crime, que contou com a conivência do prefeito em exercício, Carlos Einar de Mello (PP), e de todos os apoiadores do governo. "Não foi para isso que cassamos o ex-prefeito Paulo Azeredo", atacou Renato, informando que vai encaminhar uma representação ao Ministério Público contra o governo e contra a secretária de Educação, Silvana Schallenger.

Poder do prefeito - Renato, que foi secretário de Educação no governo Percival, garante que a legislação federal não estabelece quilometragem mínima para a concessão do benefício e dá ao prefeito o poder discricionário de definir quem será contemplado. Devem ser levados em conta critérios como a real necessidade e o risco a que os pequenos estão submetidos no trajeto. O vereador não reconhece a resolução 777, de 18 de fevereiro de 2013, da Secretaria Estadual da Educação, na qual a Smec se baseia. "Onde está o bom senso?", questionou, lembrando que os veículos têm espaço sobrando.

Vendidos? - Kranz cobrou um posicionamento dos colegas no sentido de instalar uma CPI para investigar este e outros problemas que identifica na educação do Município. Na semana anterior, o Sindicato dos Profissionais da Educação pediu a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre 20 supostas irregularidades que estariam ocorrendo na Smec. Para que as investigações iniciem, são necessárias as assinaturas de quatro vereadores. Renato insinuou que, entre os colegas, há antigos opositores que "se venderam" ao governo Aldana em troca de cargos. Ninguém rebateu.

ESTA imagem, publicada no Facebook, dá a dimensão do risco a que algumas crianças foram submetidas nas estradas



Irregularidades - De acordo com a secretária Silvana Schallenger, nas duas primeiras semanas de aulas, os veículos do transporte escolar levaram todas as crianças que os aguardaram, estando ou não nas listas fornecidas à empresa pela Smec, oriundas das próprias escolas. Ela afirma que era comum as diretoras autorizarem as chamadas "caronas" para alunos que moravam a menos de dois quilômetros das instituições quando havia espaço nas vans. Também alguns transportadores levavam crianças sem o conhecimento da Smec. Houve até cobranças "por fora". "Em caso de acidente, o Município seria responsabilizado por eventuais vítimas que nem sabíamos que estavam sob a nossa responsabilidade", explica.

Aviso - Para resolver o problema e regularizar todas estas situações, os motoristas foram orientados a avisar os "caroneiros" e seus pais que eles deveriam procurar a Smec. Alguns foram imediatamente incluídos na lista e não tiveram qualquer transtorno. Outros esperaram até a suspensão, na última segunda-feira. E aí reclamaram. Na grande maioria dos casos, os pedidos foram julgados procedentes e, já na terça ou na quarta-feira, as vans voltaram a carregar as crianças.

Condições - Silvana explica que a Smec, de fato, tem autonomia para garantir o transporte de crianças que residem a menos de dois quilômetros das escolas, mas é preciso avaliar caso a caso. "Nós autorizamos quando o menor é deficiente, quando vive em situação de risco, se precisa atravessar estradas movimentadas ou andar por locais ermos e desabitados", garante. Ela admite que houve transtornos para algumas famílias, mas assegura que foi necessário. "Agora sabemos exatamente quem está sendo transportado e as situações estão todas regularizadas", afirma.

Jogo de cintura - Na Administração, porém, a suspensão do transporte foi vista como um exagero. Pessoas próximas ao prefeito Luiz Américo Aldana acreditam que faltou jogo de cintura e que havia outras formas de corrigir os problemas, que agora estão todos documentados em atas assinadas pelos pais. Inclusive, acreditam que o prazo dado às famílias deveria ter sido maior.

Responsabilidades - A preocupação do vereador Renato Kranz com a segurança dos alunos faz sentido. Um único acidente envolvendo crianças teria sido muito mais grave do que as irregularidades citadas pela Smec. Mas também há que se chamar os pais à responsabilidade. Se sabiam que deveriam ir à Secretaria, por que não se anteciparam? Aqueles que foram não tiveram problemas.

Desgaste - Embora esta polêmica esteja praticamente encerrada, a Administração Municipal passou a semana inteira apanhando por conta do episódio, que reavivou as expectativas por uma CPI que parecia estar virando cinzas. A Smec, assim como todos os demais setores da Prefeitura, tem o dever de respeitar as leis, mas talvez esteja faltando jogo de cintura para lidar com as situações-limite.

História - Durante a sessão, enquanto o vereador Renato Kranz metralhava a Secretaria da Educação, seu colega Roberto Braatz lembrava a má sorte de alguns alunos da rede pública municipal. O descalço é antigo. Em 2010, estudantes da Esperança correram risco de vida tendo aulas em uma sala recém-construída. A obra foi tão mal feita que, um mês depois da inauguração, o teto ameaçava desabar e foi necessária a instalação de escoras de madeira. Não fosse a denúncia do vereador, que levou o Ministério Público a pedir a interdição, uma tragédia poderia ter ocorrido ali.



BRAATZ (ao fundo) denunciou a situação da Esperança em 2010